

# O GRITO

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL DE SANTA CATARINA - Nº 10 - Junho - 2007 - ANO II

## 23 de maio

# “Nenhum direito a menos”



*Trabalhadores nas ruas, de novo*

Em todo o País, brasileiros e brasileiras mostraram para o mundo que o Brasil não padece da tirania do pensamento único. Milhares de servidores públicos e trabalhadores de diversas categorias participaram das manifestações do dia 23 de maio por nenhum direito a menos. Com isso, alertaram não apenas o governo federal, mas também governos estaduais, municipais e patrões da iniciativa privada para a onda de protestos e greves que irão enfrentar caso con-

tinuem a tentar implementar os projetos que retiram direitos de trabalhadores. Propostas de lei anti-greve, de congelamento de salários de servidores públicos e de flexibilização de direitos dos trabalhadores tramitam no Congresso Nacional. Os atos e manifestações do dia 23 de maio foram o ensaio das manifestações que prometem se tornar mais intensas daqui para a frente, se o alerta não for ouvido.

**Páginas Centrais**

## Denúncia no TRE

A transparência está sob suspeita no TRE/SC. O Sintrajusc acompanha o andamento de processos judicial e administrativos envolvendo o preenchimento de cargos criados por concurso público. Não é o concurso que está sendo questionado, mas o preenchimento das vagas. Segundo o Ministério Público Federal, há “indícios de possível prática de atos atentadores contra os princípios da moralidade administrativa”. **Página 6**



*Arbitrariedade no preenchimento das vagas?*

### LEIA MAIS

V Congresso será em Itá  
**Página 7**

Redistribuição entre todos os Tribunais é incluída no PL 319/07  
**Página 7**

Sintrajusc terá página nova  
**Última página**

## EDITORIAL

## Povo nas ruas, resistência e denúncias: a marca do mês de maio

Nesta importante edição do **Jornal O Grito**, mostraremos a volta dos trabalhadores às mobilizações de rua. No dia 23 de maio, os servidores públicos da União, dos estados e dos municípios tomaram as ruas, juntamente com os trabalhadores da iniciativa privada e estudantes, por nenhum direito a menos, pelo direito amplo de greve, contra o congelamento salarial e sucateamento do serviço público. Os servidores públicos do Judiciário Federal aproveitaram o Dia Nacional de Lutas e mandaram um recado ao governo Lula ao Congresso e aos patrões: Tirem as mãos dos nossos direitos! Mostramos que não ficaremos passivos diante das ameaças de retirada de direitos e de congelamento salarial. No mesmo dia, protestamos pedindo a punição de todos os corruptos envolvidos na Operação Moeda Verde deflagrada pela Polícia Federal em Santa Catarina, que prendeu empresários, políticos e funcionários públicos. Quadrilheiros que negociavam bens coletivos – o meio-ambiente – como se fossem privados. Também nesta edição, uma denúncia contra atos praticados na Justiça Eleitoral. O Sintrajusc, baseado em informações colhidas em processos judiciais, que tramitam na Justiça Federal, traz à tona o que se passava nos bastidores do TRE-SC após o concurso que criou o quadro próprio da Justiça Eleitoral em 2005. Há indícios de que vários princípios da administração pública foram pisoteados. Publicamos, nesta edição, o Edital de Convocação do V Congresso do Sintrajusc, que será realizado na cidade de Itá, no Oeste de Santa Catarina. O Congresso dos servidores filiados ao Sintrajusc é a instância mais importante do Sindicato. É no Congresso que os servidores deverão elaborar o plano de lutas que norteará a atuação da diretoria até o término do seu mandato. O excesso de trabalho, o quadro reduzido e a saúde dos servidores são assuntos que estarão pautados no V Congrejus. Preparem suas teses e elejam seus delegados, só a mobilização traz vitórias!

*A Diretoria*

## EXPEDIENTE

O **Jornal O Grito** é o informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina. Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, edifício Jorge Daux - Centro - CEP 88010-560 – Florianópolis (SC). Fone/Fax: (48) 222-4668. Site: [www.sintrajusc.org.br](http://www.sintrajusc.org.br) E-mail: [imprensa@sintrajusc.org.br](mailto:imprensa@sintrajusc.org.br). **Diretoria:** COORDENADORES GERAIS: Robak Barros; Paulo Roberto Koiniski; Denise M.S. Zavarize COORDENADORES DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO: Manoel Prazeres (Aposentado); Ivo Ney Rodrigues Demaria (licenciado) COORDENADORIA DE CULTURA, PROMOÇÃO SOCIAL E ESPORTE: Adriana Maria Ramos; Luiz Carlos M. de Oliveira COORDENADORES DE COM. E IMPRENSA: Maria Lúcia Lemos Haygert (licenciada); Angela Albino COORDENADORES JURÍDICOS: Maria Aparecida Ferrari; Laércio Flávio Bonamigo COORDENADORES DE FORM. SINDICAL: Neila Ávila de Souza COORDENADORES REGIONAIS: Região Sul: Perpétua Matildes de Jesus (Aposentada) - Região do Vale de Itajaí: Laurina Maas - Região Norte: Marlene Luciano - Região Oeste: Maria Clélia Lanus Crestani - Região do Planalto: Silvana Liczbinski **Jornalista Responsável:** Amílcar Oliveira (SC00462JP) **Diagramação:** CM Comunicação **Fotos:** Rodrigues Viana e Amílcar Oliveira **Logomarca do Sintrajusc:** Paulo Laitano **Impressão:** Diário Catarinense **Tiragem:** 3.500 - As matérias e artigos assinados são de responsabilidade dos autores. Colabore com nosso jornal. Escreva para: [imprensa@sintrajusc.org.br](mailto:imprensa@sintrajusc.org.br). (Os artigos enviados não poderão exceder 3.500 caracteres e serão publicados na coluna *Soltando o Verbo*. Receberemos os artigos, que serão publicados por ordem de chegada, até o dia 15 de cada mês).

## Imagem



*Florianópolis, 23 de maio de 2007*

## SOLTANDO O VERBO

Este é um espaço destinado às manifestações da categoria. Envie sua colaboração

### Seminário reúne Agentes de Segurança em Campinas

No dia 5 de maio foi realizado em Campinas (SP) o “Seminário Segurança para o Judiciário – Realidade e Perspectiva para uma Polícia Judicial”. O evento, organizado pelo NAS (Núcleo dos Agentes de Segurança) do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Sindicinze) contou com um número aproximado de 150 participantes de vários Estados do País. O Estado de Santa Catarina foi representado pelos Agentes de Segurança Miguel Inácio de Souza Neto e Sérgio Feijó Netto Machado, ambos servidores do TRT/12 e membros do NAS/Sintrajusc, que foram com a missão de trazer informações acerca dos assuntos e acontecimentos relativos à categoria dos Agentes de Segurança, das perspectivas para a criação da Polícia Judicial Federal, além de estabelecer contatos para possíveis participações em evento semelhante a ser realizado pelo Sintrajusc ainda no primeiro semestre deste ano. Os temas tratados foram:

- **Polícia Judicial – Contexto/Princípios**, apresentado pelo coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo e ex-Secretário Nacional de Segurança Pública no Governo FHC, José

Vicente da Silva Filho;

- **PCS/GAS – Regulamentação e Cursos de Qualificação**, apresentado pelos Diretores da Agepoljus e Agentes de Segurança, Sérgio Amorim – TRT/4, Roniel Andrade e Darney Augusto Bessa – TRF/3;

- **Polícia Judicial**, apresentado pelo Agente de Segurança e Consultor da Agepoljus, Paulo Roberto Ningeleski;

- **Inteligência na Polícia**, apresentado pelo Delegado de Polícia Federal e Chefe de Divisão de Doutrina de Inteligência Policial (DINT), Marcelo Diniz Cordeiro;

- **Perfil Profissiográfico e Rotina Policial**, apresentado pelo coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Ronaldo Pontes Furtado.

A quantidade de participantes neste seminário deixou claro, mais uma vez, que o interesse da categoria é cada vez maior em formar a unidade necessária para poder alcançar seus objetivos comuns. Além de excelentes palestras com temas de interesse dos Agentes de Segurança, dois fatos chamaram a atenção e marcaram o evento. O primeiro deles foi a ótima estrutura oferecida para a realização do seminário, contando com o apoio do

peçoal do Sindicinze, que deu um grande exemplo de organização e receptividade. O segundo ponto relevante, e que talvez tenha sido a tônica do evento, foi a aproximação entre os participantes, possibilitando uma grande margem para troca de informações acerca de vivências diversas em órgãos e regiões distintas, gerando um clima de integração, onde foram estabelecidos novos contatos, parcerias e amizades.

Os próximos eventos de interesse da categoria serão o Seminário Estadual dos Agentes de Segurança de Santa Catarina, a ser realizado pelo Sintrajusc, no dia 23 de junho, em local ainda indefinido, e o III Seminário Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal, que acontecerá em Brasília, nos dias 10 e 11 de agosto. Para quem tiver interesse em saber um pouco mais sobre as palestras do Seminário do Sindicinze, há um relatório disponível no site do Sintrajusc, contendo informações sobre os temas tratados durante o evento.

*Núcleo de Agentes de Segurança Sintrajusc*

# Sintrajusc quer solução para jornada de trabalho no TRT

A carga de trabalho no TRT exige solução imediata. O problema, que começou a ser discutido em reuniões com os servidores Agentes de Segurança e Transportes, estende-se a toda a categoria. Em memorial entregue neste mês de maio à Administração do TRT, o Sintrajusc apresenta sugestões com relação ao tema, e faz uma proposta que já vem sendo discutida há algum tempo pela coordenação do Sindicato: a redução da jornada de trabalho para trinta horas semanais, com carga horária dividida em dois turnos de seis horas.

O memorial foi entregue pela coordenadora-geral do Sintrajusc, Denise Zavarize, como aditivo ao pedido dos servidores Agentes de Segurança e Transportes com sugestões com relação à jornada de trabalho cumprida por esses servidores. O Sindicato quer a realização de estudo e levantamento, no âmbito do TRT da 12ª Região, da quantidade de horas trabalhadas além da jornada. Em seguida, será feita a sugestão de implementação de um sistema misto que contemple a opção pela compensação de horas trabalhadas em serviço extraordinário ou pelo recebimento das respectivas horas em dinheiro.

Não há norma no Tribunal que autorize e regule a compensação de horas extraordinárias realizadas pelos servidores, bem como, não existe regra que permita ao servidor, de forma flexível, a opção entre a compensação ou a remuneração das horas-extras. Por outro lado,



## Sindicato cobra horas além da jornada

a legislação não impede o sistema de compensação de horas excepcionais trabalhadas, no âmbito do Judiciário, quando houver necessidade excepcional do serviço público, desde que contemplado o direito ao descanso e repouso semanal. O TRT ainda não deu as respos-

tas que o Sintrajusc solicitou. Assim que tivermos as informações, repassaremos para a categoria, e cobraremos as sugestões apresentadas no memorial.

O Sindicato pede que todas as horas trabalhadas além da jornada sejam registradas pelas chefias imediatas.

## Prazo para integrar lista de remoção no TRF-4 vai até 11/06

O Sintrajusc recebe até o dia 11 de junho as informações dos servidores da Justiça Federal que tenham interesse em integrar a lista de remoção que será depois enviada ao TRF-4. Mais de 50 servidores já enviaram para [listaremoacaojf@sintrajusc.org.br](mailto:listaremoacaojf@sintrajusc.org.br) o nome completo, cargo, lotação, fone e e-mail para contato e local para onde desejarem se transferir. A procura por remoção sempre foi expressiva, e aumentou ainda mais com a declaração da presidente do TRF-4, desembargadora federal Maria Lúcia Luz Leiria, de que pretende resolver o problema da remoção na Primeira Instância da Justiça Federal até o final da gestão, em junho. Depois de concluído o prazo, o Sintrajusc enviará a lista para o TRF-4, requerendo o

## V Congresso do Sintrajusc será em Itá

De 24 a 26 de agosto, o Sintrajusc realiza o V Congresso. Este ano, o congresso será realizado no Hotel Termas Itá, na cidade de Itá, um dos pontos turísticos mais conhecidos de Santa Catarina, famoso pelas águas termais. O tema principal deste congresso será a saúde do servidor. Na sugestão de programação, consta uma palestra do professor Herval Pereira, que tem como tema principal de seus estudos as doenças profissionais dos trabalhadores.

Recentemente, o professor Herval publicou, juntamente com o Sinjusc, o livro *O Juiz sem a Toga*, resenhado na última edição de **O Grito**, e que aborda os problemas de saúde dos servidores e juizes do Judiciário Estadual de Santa Catarina.

Os participantes, servidores filiados, também discutirão o Plano de Carreira, a Reforma do Estatuto do Sintrajusc e o Plano de Lutas. Assembléia ao final do congresso deliberará sobre esses pontos.

As teses para o congresso deverão ser enviadas até o dia 11 de julho para: [congresso2007@sintrajusc.org.br](mailto:congresso2007@sintrajusc.org.br). Os delegados serão eleitos por local de trabalho até 27 de julho. Assim que a programação definitiva do congresso for estabelecida, estaremos comunicando a categoria.

Nesta edição, o Sintrajusc publica o Edital que convoca o V Congresso, estabelecendo as regras para participação dos servidores filiados.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO V CONGRESSO DO SINTRAJUSC

A Diretoria-Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - SINTRAJUSC, conforme estabelecem os artigos 31 a 35 do Estatuto Sindical, CONVOCA o V Congresso do SINTRAJUSC, de caráter ordinário, a realizar-se nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 2007, na cidade de Itá, Santa Catarina, com a seguinte pauta:

1. Plano de Carreira;
2. Saúde do Trabalhador;
3. Plano de Lutas;
4. Conjuntura;
5. Alteração Estatutária;
6. Apreciação do Relatório do Conse-

lho Fiscal.

**Apresentação das Teses:** As teses deverão ser enviadas por e-mail, até o dia 11 de julho do corrente ano, obedecendo aos seguintes critérios: Formato Word, fonte Arial 12 e configurações: Margem superior de 3 cm e inferior de 2 cm, esquerda de 3 cm e direita de 2 cm.

**Eleição de Delegados:** Os delegados serão eleitos por local de trabalho, sendo 01 (um) delegado para cada 10 (dez) servidores (ou fração). Somente os servidores filiados poderão ser eleitos delegados.

Os coordenadores do Sintrajusc são considerados delegados natos.

O Núcleo de Aposentados elegerá 01 (um)

delegado para cada 10 (dez) participantes (ou fração) em encontro realizado com esta finalidade. Os coordenadores do Núcleo são delegados natos.

A eleição deverá ser registrada em Ata assinada pelos servidores votantes lotados naquele local de trabalho, devendo ser entregue pelos delegados no momento do credenciamento.

Os nomes dos delegados deverão ser informados ao Sindicato, via e-mail, até o dia 27 de julho do corrente ano.

As teses e os nomes dos delegados devem ser enviados para a conta de e-mail [congresso2007@sintrajusc.org.br](mailto:congresso2007@sintrajusc.org.br).

## Sintrajusc sugere ação contra Portaria 007 do MPU

O Sintrajusc está acompanhando de perto a luta dos servidores do Ministério Público da União (MPU) contra a portaria 707, que amplia carga horária daqueles servidores. Como contribuição para a luta desses colegas do Judiciário, a assessoria jurídica do Sintrajusc encaminhou documento com avaliação técnica da situação dos servidores deste órgão, sugerindo a adoção de algumas medidas judiciais. A solicitação partiu dos próprios servidores do MPU. A aproximação entre esses servidores é uma forma de tornar mais forte a luta dos servidores, tanto do Judiciário, quanto do MPU.

# 23 de Maio: a ret

O dia 23 de maio é o marco da retomada das ruas pelos movimentos sociais. Em nível nacional, a luta foi contra as medidas do governo federal que penalizam os trabalhadores, retirando direitos. Lei anti-greve, proposta de congelamento de salários (PLP 01/07) contido no PAC, a luta pela manutenção do veto à Emenda 3, que flexibiliza direitos trabalhistas, entre outras medidas, foram os alvos dos brasileiros e das brasileiras em todo o País. Fenajufe e sindicatos de servidores do Judiciário Federal de todo o País participaram das manifestações. A Fenajufe lançou nota pública sobre a necessidade de barrar o projeto anti-greve. Em cada estado, em cada cidade, essas lutas somaram-se às reivindicações específicas, que transformaram o Brasil em um caldeirão de manifestações.

Em Florianópolis, os cidadãos mostraram a força dos movimentos sociais organizados, juntando às bandeiras de luta nacionais as manifestações contra os envolvidos na Operação Moeda Verde (veja matéria nesta página). O MST marcou presença novamente na manifestação de Florianópolis, lembrando a

necessidade de realizar a Reforma Agrária no País. Pelos cálculos dos presentes, houve entre seis e sete mil pessoas presentes à manifestação, que se estendeu da manhã à noite.

O Sintrajusc realizou assembléia no início da tarde, para deliberar pela participação no movimento, além de debater questões específicas das lutas da categoria. Os servidores realizaram paralisação de uma hora durante a tarde. Após a assembléia, partiram em direção à região central da cidade, portando faixas e gritando palavras de ordem. No centro, juntaram-se a outras categorias de trabalhadores e servidores públicos estaduais e municipais. Ao final da tarde, depois de percorrer as ruas centrais da cidade, os trabalhadores bloquearam parte da ponte Colombo Salles, que faz a ligação entre a Ilha e o Continente. Foi uma das maiores manifestações da cidade nos últimos anos.

Os servidores da Justiça do Trabalho de Chapecó também pararam por uma hora, em solidariedade às manifestações nacionais. O recado foi dado: o 23 de maio marcou a volta às ruas de brasileiros e brasileiras que não permitirão que seus direitos sejam retirados.



## Operação Moeda Verde: o que isto tem a v

Não é de hoje que os cidadãos de Florianópolis percebem as manobras ilegais envolvendo licenciamentos irregulares para a construção de empreendimentos privados. A especulação imobiliária desenfreada, com construção de shoppings e grandes empreendimentos em áreas de preservação ambiental, é alvo de negociações entre políticos e empresários. A operação Moeda Verde, deflagrada pela Polícia Federal neste mês de maio, fez com que a cidade finalmente se deparasse com algo inusitado: a prisão de tuba-

rões, que normalmente saem ilesos dessas armações.

Políticos, empresários de renome e funcionários públicos depararam-se de repente com o vexame público de serem algemados e encarcerados. O esquema de venda de licenças ambientais, por políticos e funcionários da Administração municipal, para a exploração de grandes áreas por empresários, veio à luz com a força de uma avalanche. Não restou outra alternativa a não ser noticiar, noticiar e noticiar aquilo que todos já suspeitavam: o loteamento do espaço público para que poucos

ganhem em cima do patrimônio de todos, no caso, o meio ambiente.

Apontado como fantoche da quadrilha, por não ser o condutor principal das negociatas, o vereador “licenciado” Juarez Silveira, um verdadeiro homem-bomba, deixa de cabelos arrepiados os verdadeiros manda-chuvas, pelo teor ainda não revelado. Gravações telefônicas autorizadas pela Justiça entre Juarez e seu cunhado, secretário de Urbanismo e Serviços Públicos, Renato Juceli, mostram a desfaçatez que ronda as atitudes de homens públicos corruptos que se julgam certos

da impunidade. Ironias não faltam na conversa, deixando no ar a certeza de que muito mais poderá vir à tona, se houver interesse na apuração.

A população não assiste a tudo de braços cruzados. Os movimentos sociais mais uma vez ganharam as ruas. Nas manifestações do dia 23 de maio, os participantes se reuniram em frente à Câmara de Vereadores e, ao som de “Fora, Dário”, exigiram a apuração completa das denúncias. Enquanto isso, o governador Luis Henrique da Silveira afirma que as investigações vão afas-

# tomada das ruas



*Trabalhadores protestam em Florianópolis ...*

## er com você?

ar potenciais investidores da cidade... De quebra, convidou um dos principais envolvidos, o empresário Fernando Marcondes de Mattos, a participar de um jantar na residência oficial do governo, pouco depois de o escândalo esburacar e 48 horas depois de o empresário ser solto. A operação desencadeada pela Polícia Federal é apenas o começo. Mas todos sabemos que as coisas só irão até o final se a população estiver atenta aos desdobramentos do caso. Esta é a parte em que todos nós somos chamados a participar. Aproveitar este momento e denunciar as ilegalidades é tarefa de todos. Acompanhar as apurações e

fortalecer os movimentos sociais que lutam pela preservação do espaço público como espaço de todos, não apenas de poucos, é tarefa de todos nós. Os movimentos sociais já estão nas ruas. Como sempre, estão sendo reprimidos duramente pela polícia.

Na última semana de maio, a repressão baixou em Florianópolis. Estudantes foram agredidos, filmados, submetidos a constrangimento. No dia 31, 3,5 mil estudantes protestaram contra a bandalheira do aumento das passagens e dos licenciamentos irregulares. A polícia, pra variar, estava nas ruas, para reprimir a pretexto de manter a ordem.

## Veja análise comparativa entre direito de greve do servidor no Brasil e no mundo

O Sintrajusc coloca à disposição da categoria texto comparado elaborado pelo assessor parlamentar do Diap, Marcos Verlaine, sobre o direito de greve do servidor público. A assessoria do órgão teve acesso à “Minuta de Lei de Regulamentação do Direito de Greve no Serviço Público”, gestada pelo Ministério do Planejamento e à Advocacia-Geral da União e o comparou com o PL 6.032/02, do ex-presidente Fernando Henrique Car-

doso. Além disso, no texto há informações sobre o direito de greve no Brasil para os trabalhadores da iniciativa privada e como a greve no serviço público é tratada em alguns países das Américas do Sul e do Norte e também da Europa. A análise trata ainda das proposições em tramitação na Câmara que versam sobre o direito de greve do funcionalismo. Acesse o site: [www.sintrajusc.org.br/noticias/artigos](http://www.sintrajusc.org.br/noticias/artigos)).

## Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público discute PLP 01/07

Audiência pública realizada dia 23 pela Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público para discutir o Projeto de Lei Complementar (PLP) 1/07, que limita o aumento dos gastos com folha de pagamento dos servidores da União (Executivo, Legislativo e Judiciário), teve como saldo a formatação de quatro propostas. Elas são as seguintes: realizar audiências em diversos estados em parceria com as comissões da Câmara; pedir a contribuição das centrais sindicais para tentar sensibilizar os ministé-

rios a fim de deter ou retirar o PLP do Congresso; pedir um trabalho para a consultoria da Câmara com o objetivo de mostrar que é o Estado que será prejudicado, e não apenas o servidor público; e manter pressão permanente para impedir a votação da proposta, caso ela não seja retirada. Uma análise detalhada do PLP 01/07, realizada por assessor técnico do Diap, também está disponível na página do Sindicato, em: [www.sintrajusc.org.br/noticias/artigos](http://www.sintrajusc.org.br/noticias/artigos).

## ... e Chapecó



Foto: Servidores de Chapecó

# Transparência sob suspeita no TRE

Processos judiciais e administrativos, no TRE/SC, colocam em discussão uma questão sempre polêmica no serviço público: a transparência de critérios para a realização de concursos públicos e para o preenchimento de vagas. A clareza dos critérios para a realização dos concursos e para a nomeação dos servidores é uma exigência estabelecida na Constituição Federal e uma bandeira de luta de décadas dos sindicatos de servidores públicos, Sintrajusc entre eles. No TRE/SC, essa transparência está sendo discutida nos tribunais. Tudo porque, insatisfeitos com os critérios utilizados para o preenchimento de cargos estabelecidos em edital de concurso realizado em 2005, servidores recorreram à Justiça visando à obtenção de reotação. Os servidores reclamam que o critério da ordem de classificação no concurso não foi respeitado, fazendo com que candidatos mais bem classificados não pudessem escolher, dentre as vagas criadas em lei e previstas em edital, os locais em que seriam lotados e desenvolveriam suas atividades. Entre os elementos do processo, consta transcrição de gravação em que o ex-Diretor-Geral do TRE/SC, Norberto Ungaretti, revela que definiu de forma arbitrária e em detrimento do interesse público a ocupação de cargos nos cartórios eleitorais do interior do Estado (o Sintrajusc teve acesso à transcrição, constante do processo).

## O concurso

O Edital número 01/2005 regulou o concurso para o preenchimento de vagas nos Cartórios Eleitorais no interior do Estado de Santa Catarina. Esta era uma antiga exigência do Sintrajusc, já que os cartórios eram ocupados por funcionários cedidos das administrações municipais. Com o concurso, os quadros da Justiça Eleitoral do interior do Estado passaram a ser ocupados por servidores de carreira. Conforme o edital, os candidatos deveriam concorrer para um pólo regional ao qual ficariam vinculados para efeito de nomeação e lotação. O concurso foi realizado em 2005, mas a lei que criou os cargos previa, segundo a petição inicial do processo contra a União que corre na 4ª Vara Cível da Justiça Federal de Florianópolis (2006.72.00007950-6), que o preenchimento das vagas seria escalonado. Foi o que aconteceu, com o preenchimento em dois momentos, em novembro de 2005 e março de 2006.

Entre os pontos falhos da legislação, segundo os autores da ação judicial, consta que a lei que determinou a criação dos cargos, e o preenchimento escalonado, não previa quais vagas deveriam ser oferecidas em 2005 e quais em 2006 e se o oferecimento proporcional deveria se dar em todos os pólos ao mesmo tempo. Além disso, para cada técnico administrativo, deveria ser chamado um analista judiciário. Conforme a petição inicial dos autores da ação, somente após tornar público o resultado do concurso a Ad-

ministração definiu, através da Portaria P. 378/2005, a forma de concretizar o escalonamento, 70% dos servidores aprovados em 2005 e 30% em 2006, bem como as localidades que seriam preenchidas em 2005 e as que seriam preenchidas em 2006. Os autores da ação afirmam, baseados em provas juntadas aos autos, que a distribuição das vagas foi arbitrária, e é este o principal ponto em que baseiam a ação judicial. Segundo a petição, o oferecimento das vagas “impunha à Administração, por obediência aos princípios da igualdade, da impessoalidade e da moralidade, o dever de promover um efetivo processo de escolha das vagas, conforme a ordem de classificação”.

## Duplo julgamento

A Portaria P. 378/2005 foi considerada “carente de razoabilidade” pelo Pleno do TRE/SC, conforme observam os autores da ação, dada “a inexistência de critérios que embasassem o oferecimento de determinadas vagas em 2005 e de outras em 2006”. Segundo a inicial, o Pleno, através do Acórdão 20.513/2006, determinou a reotação que envolvia apenas os servidores aprovados no concurso do Edital 01/2005 para que pudessem exercer a opção de escolha dentre as vagas criadas em lei e previstas no edital. Não houve recurso para a decisão. Para surpresa dos autores da ação, o próprio Pleno, algum tempo depois, ao decidir acerca de outro requerimento sobre a mesma matéria, entendeu pela revisão da decisão anterior. Por maioria, e sem deixar claro qual o efeito do segundo julgado com relação ao primeiro, aplicou retroativamente a nova interpretação, através do Acórdão 20.779/2006. Os autores da ação afirmam que a atitude do Pleno fere o Regimento Interno do TRE/SC, que veda a alteração de decisões pelo Pleno após a proclamação do resultado e a publicação da respectiva súmula.

Na réplica à contestação da União, os autores da ação afirmam que a decisão quanto ao oferecimento das vagas, “embora formalmente de responsabilidade do Presidente do TRE/SC, (...), foi tomada pelo Sr. Diretor-Geral do referido Tribunal. Este fato foi “taxativamente afirmado pelo Diretor-Geral” na conversa havida com um dos autores da ação. O Diretor-Geral, na época, era Norberto Ungaretti, hoje afastado da função. Na gravação de uma conversa que serviria para discutir o caso, entre um dos autores da ação e o ex-Diretor-Geral, fica claro em vários momentos que Ungaretti poderia assumir, como efetivamente assumiu, o papel de definir quem iria para que Cartório, e em que momento. Segundo a petição inicial, “Trata-se de candente demonstração de pessoalidade e imoralidade no trato de relevante questão pública”. Durante a gravação, o ex-Diretor-Ge-



## MPF vê indícios de possíveis atos contra moralidade administrativa

ral faz ameaças ao autor da ação, sem saber que estava sendo gravado. O teor da gravação é tão grave que a Procuradoria da República, ao tomar conhecimento, afirma: “O conteúdo da degravação do encontro apresenta indícios de possível prática de atos atentadores contra os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade na determinação das vagas que foram ofertadas aos candidatos nomeados em 2005”. Processo administrativo foi instaurado pelo Ministério Público Federal para apurar os fatos apresentados na gravação.

## Processo Administrativo Disciplinar

Foi instaurado também um Processo Administrativo Disciplinar, através da Portaria P 1.035/2006, para apurar eventuais atos irregulares praticados pelo ex-Diretor-Geral do TRE/SC, Norberto Ungaretti, no exercício de suas atribuições ou que tenham relação com as atribuições do cargo em que se encontrava investido. Além desses fatos, ainda são objetos de apuração no PAD possíveis irregularidades referentes a remoções no

interior do estado, atuação como intermediário perante repartições públicas e lotação de servidores aprovados no concurso em pólos diversos para o qual concorreram.

## Requerimento Administrativo

Os autores da ação judicial protocolaram um novo Requerimento Administrativo no TRE/SC pleiteando que a Administração reveja a última decisão, pois, segundo eles, as provas são contundentes. Esse requerimento deverá ser julgado em breve pelo Pleno.

O processo judicial continua correndo. O Sintrajusc acompanha todos os desdobramentos do caso. O Sindicato entende que apenas a correção e transparência na realização dos concursos públicos e no preenchimento de vagas, sem apadrinhamento de qualquer espécie, poderá garantir a seriedade e a legitimidade das ações no âmbito do Poder Judiciário. Não é a legalidade do concurso que está sendo questionada pelo Sindicato e sim a transparência no preenchimento das vagas, que será exigida para a preservação do interesse dos servidores e da moralidade pública.

# Possibilidade de redistribuição entre todos os Tribunais é incluída no PL 319/07

Após mais de dois anos, finalmente os Tribunais Superiores estão perto de publicar a portaria que regulamenta os quatro itens que restavam na lei do PCS (11.416/07): remoção, capacitação, ingresso e enquadramento e critério para ocupação de funções comissionadas. Resta também a aprovação do PL 319/07 no Congresso Nacional. Esta é uma luta que vem desde 2004, com as primeiras discussões sobre o PCS-3, e que teve um avanço importante neste mês de maio: a possibilidade de remoção entre todos os órgãos do Poder Judiciário da União, a partir da concepção de quadro de carreira nacional. Emenda neste sentido foi incluída no PL 319/07, atendendo ao projeto original apresentado pela Fenajufe e sindicatos, mas rejeitada pelos Tribunais. A lei do PCS (11.416/07) não contempla esta possibilidade, restringindo a remoção ao âmbito específico de cada Tribunal. A redação final da lei excluiu os servidores do STF, STJ, TJDF e CNJ da remoção. Também impossibilita a remoção entre órgãos de Justiças diversas. A inclusão da novidade no PL 319/07 atende a uma reivindicação da Federação, dos sindicatos e de muitos servidores.

O PL 319/07 é uma solução às lacunas da lei do PCS, principalmente com relação à gratificação de 5% para os técnicos do Judiciário Federal com graduação e ao reconhecimento de que os cargos de provimento efetivo na carreira judiciária são atividades exclusivas do Estado. Com a decisão dos Tribunais Superiores, ficará estabelecido também o âmbito nacional da carreira para fins de redistribuição, assim que o PL 319/07 for aprovado no Congresso. Claro que isso dependerá da atenção de todos os servidores e de pressão sobre os parlamentares. Por enquanto, o PL 319/07 está parado na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, aguardando a apreciação, pelo relator, de oito emendas apresentadas ao projeto de lei. Falta



## *PCS dependeu de muita luta*

aquele empurrão para que ele ande e termine mais esta pendência com relação ao PCS-3.

### Histórico

Ao longo dos trabalhos da Comissão Interdisciplinar, instaurada pela Portaria STF nº 201, de 21 de dezembro de 2006, encarregada das regulamentações do novo PCS, os representantes dos servidores apresentaram sugestão de texto para que nenhum órgão fosse impedido de participar. Mais uma vez, os diretores-gerais integrantes da Comissão Interdisciplinar rejeitaram a proposta, optando por prevalecer a versão original da comissão, que resultou no texto cuja portaria ainda deverá ser publicada.

Com o objetivo de conquistar uma reivindicação antiga dos servidores, a Fenajufe apresentou a proposta da redistribuição, que foi debatida com os diretores-gerais e resultou numa sugestão de emenda que será apresentada ao PL 319/2007, que tramita na Câmara dos Deputados. O artigo 5º da emenda permitirá a remo-

ção recíproca, que trata da redistribuição entre dois servidores interessados em trocar de órgão, independente de serem da mesma justiça especializada. A redistribuição, associada à remoção, amplia a possibilidade de deslocamentos de servidores entre os diversos órgãos do Poder Judiciário da União.

### Oficiais de justiça

A GAE (Gratificação de Atividade Externa) foi criada para uniformizar o pagamento de gratificação e funções comissionadas por atividade externa, antes efetuado de maneira diferente em cada tribunal. No caso do TJDF os oficiais de justiça recebiam uma Gratificação de Execução de Mandados (GEM), equivalente a uma FC3. No entanto, a Lei 11.416 revogou a lei que criou a GEM.

Durante o processo de negociação do parcelamento do PCS, na tramitação do PL 5.845/2005, o valor a ser recebido pela gratificação ficaria reduzido. Na batalha para corrigir essa distorção, a Fenajufe soli-

citou que o STF apresentasse uma sugestão de redação ao relator na Comissão de Finanças para garantir aos oficiais de justiça a possibilidade de optar pela FC ou pela gratificação até a integralização da GAE.

Após muita negociação, esse texto foi aprovado na CFT e na CCJ, mas o plenário da Câmara modificou o texto deixando apenas a opção pela FC e excluindo a expressão gratificação. Assim, os oficiais de justiça que recebiam a GEM e não FC ficaram prejudicados.

Na mesma negociação sobre a redistribuição, as entidades apresentaram aos diretores-gerais proposta de emenda para resolver essa situação dos oficiais do TJDF.

A emenda, aprovada pelos presidentes dos tribunais no último dia 25 de maio, será incluída no PL 319/07 e quando aprovada, garantirá até a integralização do PCS o recebimento da diferença entre a GEM e a GAE. Confira na página do Sintrajusc o texto das duas emendas que serão apresentadas ao PL 319/07.

*Com informações da Fenajufe*



**Sintrajusc realiza Encontro dos Agentes de Segurança no dia 23/06**



*Será o segundo encontro do Núcleo*

O Núcleo de Agentes de Segurança do Sintrajusc realizará encontro no dia 23 de junho. A pauta será estabelecida pelos próprios agentes de segurança, mas já está definido que constará da pauta a eleição de delegados para o III Seminário Nacional dos Agentes de Segurança, em Brasília, nos dias 11 e 12 de agosto. A intenção é debater temas de interesse do segmento e questões como GAS e aposentadoria, Polícia Judicial e Regimento do Núcleo dos Agentes de Segurança. Os agentes que quiserem incluir outras sugestões devem mandá-las para o grupo de discussão dos Agentes de Segurança.

### **Núcleo de Aposentados do Sintrajusc realiza seminário no dia 13/07**

Aposentados do Sintrajusc reuniram-se no dia 01/06 no Sintrajusc. O encontro chamado pelo Sindicato teve como finalidade debater pontos específicos do segmento e a realização de um seminário para assuntos de aposentadoria, bem como, mobilizar os aposentados com vistas ao V Congresso do Sintrajusc, em Itá. A reunião deliberou por realizar o seminário no dia 13 de julho, numa sexta-feira, com início às 9 horas, em local a ser definido. Na pauta do seminário, estarão temas sobre direitos dos aposentados: taxação dos aposentados, PCS, aposentadoria por invalidez, proposta de alteração estatutária visando à previsão do Núcleo de Aposentados no Estatuto e nas instâncias do Sindicato. A eleição dos delegados ao V Congresso do Sindicato também será um ponto importante da pauta do seminário. O destaque da reunião foi a disposição demonstrada pelos servidores e servidoras aposentados que se dispuseram a se revezar no Sindicato, fazendo a convocação para o dia do seminário.

### **FAM 2007**

Até 8 de junho, no Centro Integrado de Cultura (CIC), em Florianópolis, acontece o 11º Festival Audiovisual Mercosul (FAM), com mostra de vídeos, filmes, animações, desenhos, lançamento de publicações e muito debate sobre audiovisual durante a manhã, tarde e noite. O FAM já é uma atividade integrada à agenda cultural da cidade, e uma das maiores mostras de audiovisual do Mercosul. A maior parte da programação acontece nas dependências do CIC, mas há também atividades em outros locais da cidade. Confirma a programação no site: [www.fam2007.com.br](http://www.fam2007.com.br).

# Obras no Campeche seguem firmes



Continuam a toque de caixa as obras na sede do Campeche. Nesta edição de O Grito, mostramos a evolução das modificações no local. Após a conclusão, o Sindicato colocará à disposição dos servidores filiados uma área de lazer com capacidade ampliada. Além disso, é o patrimônio dos servidores que está sendo valorizado.



## Página nova do Sintrajusc entra no ar em junho

A partir do dia 11/06, entra no ar a nova página do Sintrajusc. O redesenho da página está sendo feito desde o início deste ano. Reuniões para treinamento dos coordenadores e funcionários do Sintrajusc têm sido intensificadas nos últimos dias. A equipe técnica responsável desenvolveu um sistema que possibilita atualização rápida da página, e permitirá aos servidores consulta facilitada de informações de seu interesse (extratos de

convênios, declaração de gastos com saúde para efeitos de Imposto de Renda, agendamento da sede do Campeche). Será necessário que todos os servidores se cadastrem, informando seus dados conforme o formulário da página. O correto preenchimento do formulário será fundamental para que o Sindicato mantenha atualizado o cadastro dos servidores filiados, facilitando o acesso e a divulgação de informações.